

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 4, EM FORMOSA, QUE TRATA DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DO ESTADO DE GOIÁS.**

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho de 2013 (dois mil e treze), às 14:00 (quatorze) horas, no plenário da Câmara Municipal de Formosa, em Formosa, Estado de Goiás, foi realizada a Audiência Pública nº 4, convocada na forma legal, para discutir o projeto de reestruturação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás. Presentes representando a AGR, Humberto Tannús Jr, Conselheiro Presidente, Alice Santos Veloso Neves, Gerente do Jurídico da AGR, Milton Pires Batista, Gerente de Transportes da AGR, Dalvina Nogueira Vasconcelos, Gerente de Comunicação da AGR e das técnicas do CEFTRU, Ana Sheila Silva Duarte e Leisy Mickaelly A. Teixeira. O evento foi aberto pelo Senhor Humberto Tannús Júnior, Conselheiro Presidente da AGR, que fez um relato do projeto desenvolvido pelo Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes da Universidade de Brasília – CEFTRU/UnB. Como não houve perguntas por escrito, começou-se com as perguntas orais. Wenner Patrick, vereador de Formosa disse que a população estava frustrada porque queria debater o transporte de Formosa para Brasília, já que este sendo município da Ride – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico, é de responsabilidade de Goiás, DF e do próprio poder municipal. Ele disse achar que a AGR deveria abordar esta questão. Segundo ele, a população da cidade paga uma tarifa de R\$ 14,00 a empresa Anapolina para fazer o trecho Formosa/Brasília. Ele questionou porque o projeto prevê que apenas uma única empresa opere em cada lote. Humberto Tannús disse que, realmente, a situação de Formosa envolve três entes, com a Agência Nacional de Transporte Terrestre, ANTT, tendo que fazer qualquer licitação e até estabelecer tarifas. Ele disse que o Governo Federal tem por hábito deixar serviços deficientes para o estado. E que será feito um consórcio, nos moldes do da região metropolitana de Goiânia, sendo as seguintes partes que o comporão GO, DF, Municípios e ANTT. Em relação à concorrência, ele disse que ela se dará no ato da licitação e que, no caso do transporte, uma concorrência direta pode afetar a segurança e a qualidade do serviço oferecido. Milton Pires, Gerente de Transporte da AGR, reafirmou as palavras de Humberto Tannús em relação à concorrência direta, que ele classificou de predatória e prejudicial, inclusive para as empresas. Tannús discorreu sobre a diferença de autorização para concessão de um serviço público. Sidelmar Alves, que se identificou como pesquisador, professor e usuário, se disse decepcionado e frustrado porque achava que o momento deveria ser para discutir a questão do transporte Formosa/Brasília. Humberto Tannús disse que não vai tardar para que DF, AGR, Governo Federal se sentem neste mesmo local para discuri esse assunto com a população já que o consórcio da região do entrono de Brasília está bem encaminhado. O professor continuou dizendo que o ônibus é regulado pela AGR, dando início a um discurso sobre o problema que enfrenta os trabalhadores de Formosa que trabalham em Brasília. Humberto Tannús disse que estava em Formosa discutindo a questão do Eixo, dentro da reestruturação do intermunicipal, porque muitos usuários se utilizam ônibus para outras cidades que não sejam Brasília. Acrescentou que somente ele participou de mais de 35 reuniões com da Ride e que só se chegou a etapa de assinatura de um convênio porque a AGR fez a proposta do consórcio. Se tivesse deixado por conta do Governo Federal e DF a questão não avançaria tanto. Completou que não compete a AGR, individualmente, levantar as discussões sobre o assunto. Zilma de Melo, jornalista de Formosa, perguntou qual seria a contrapartida das empresas vencedoras da licitação, principalmente no tocante as estradas que, segundo ela, estão em péssimas qualidades. Tannús respondeu que esse era, junto com os terminais, outro ponto que não poderia deixar de ser observado. Ele

53 disse que em Goiás a competência da manutenção das estradas é da AGETOP e que,  
54 no DF, certamente, da Secretaria de Transporte. As empresas não têm, no projeto,  
55 nenhuma responsabilidade sobre as estradas, mesmo porque elas não são as únicas a  
56 utilizá-las. Segundo Tannús, as empresas terão a responsabilidade de prestar um bom  
57 serviço à população sob pena de perderem a concessão. Ele informou que o edital está  
58 no site da AGR e todo o processo é feito na total transparência. Willian Clint da Silva,  
59 dono de ônibus em Flores de Goiás, falou que a questão do valor da tarifa é complicada  
60 e que talvez as passagens estejam caras porque não exista demanda para a linha  
61 Formosa/Brasília, feita pela Anapolina. Ele disse entender a importância da iniciativa e  
62 perguntou se somente sete empresas atuariam em Goiás já que são sete lotes. Tannús  
63 respondeu que teoricamente sim, mas que, ao invés de uma única companhia, um  
64 consórcio de empresas, grandes e pequenas, poderia concorrer aos lotes. Acrescentou  
65 que o participante, mesmo sendo um empresário pequeno, poderia concorrer, fazendo  
66 parceria com uma empresa maior e atuando em pequenos municípios. Milton Pires  
67 acrescentou que, licitando região, haverá flexibilidade para melhorar o serviço sem nova  
68 licitação, como acontece hoje. Willian Clint também comentou as más condições das  
69 estradas, na região onde atua. Ele queria saber se AGR pode fazer um convênio com a  
70 AGETOP no sentido de garantir a qualidade das estradas. Tannús disse, ainda, que já  
71 enviou à AGETOP vários ofícios, inclusive a pedido de empresas que ameaçavam  
72 paralisar linhas, por causa das más condições das estradas. Jurandir Oliveira, vereador  
73 da cidade de Formosa, cumprimentou pela a AGR pela forma como se desenvolveu o  
74 estudo e pelo convênio com a UnB. Ele perguntou se depois de vencida a licitação, não  
75 sendo um consórcio, a empresa poderia terceirizar os serviços. Ele perguntou se o  
76 período de 15 anos não é muito tempo para uma empresa ficar sem concorrência direta.  
77 Humberto Tannús disse que a empresa não pode terceirizar o serviço, depois de  
78 ganhada a licitação. E, no tocante, a falta de concorrência, ele disse que empresas  
79 multadas e notificadas constantemente terão a concessão cancelada. Ele disse que,  
80 para as empresas, 15 anos não é um prazo longo, principalmente devido ao montante  
81 que elas terão que investir no início. Humberto Tannús voltou a se referir, mediante  
82 insistência dos participantes, ao consórcio que deve ser formado para atender ao  
83 entorno de Brasília. Será assinado um novo convênio entre as partes envolvidas onde  
84 consta que a elaboração do consórcio que dará condição operacional para se resolver o  
85 problema do transporte no entorno. A técnica do CEFTRU falou sobre a especificação  
86 veicular cujos serviços diferenciais e o quesito luxo dos carros variará de acordo com a  
87 distância a ser percorrida sendo que, a tarifa será definida pela quilometragem e não  
88 pelo luxo do serviço oferecido. Abimael Fontes, morador de Formosa, sugeriu a inclusão  
89 do direito do idoso e Humberto Tannús disse que no novo sistema tanto os idosos  
90 quanto as pessoas com deficiências terão seus direitos observados, com assentos  
91 reservados e passagens gratuitas. Diogo Raposo, empresário de Posse, disse que terá  
92 haver contrapartida do Governo, no tocante às estradas, já que os ônibus,  
93 principalmente os dentro do padrão do edital, sofrerão com o problema. Ele perguntou  
94 sobre os investimentos em relação ao kit embarcado. Tannús concordou com os  
95 problemas das estradas sendo que, segundo ele, no edital está prevista a rodagem nos  
96 dois tipos de piso: asfalto e terra. Em relação ao kit, a responsabilidade é das empresas  
97 e que foram feitos contatos com firmas que prestam este tipo de serviço e que estas  
98 cobram preços módicos. Presidente da Câmara Municipal de Formosa, Cabo Mota ,  
99 cumprimentou a AGR pela audiência pública e se disse preocupado com o convênio  
100 assinado com a ANTT já que este não contempla nenhuma viagem direta Formosa/  
101 Brasília, somente Formosa/Planaltina. Segundo ele, o Anexo do convênio foi feito pela  
102 ANTT. Ele pediu apoio da AGR para estender o transporte até Brasília. Humberto  
103 Tannús disse que tentará ajudar o município. No final, ele agradeceu a presença de  
104 todos e finalizou dizendo que terminada as audiências públicas, vai ser feita a

105 conciliação de todas as manifestações no edital para que, no começo de 2014, Goiás já  
106 tenha um novo sistema de transporte intermunicipal. Nada mais havendo a tratar o  
107 Conselheiro Presidente da AGR agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência  
108 Pública nº 4, que para constar foi lavrada a presente ATA, que lida e achada conforme,  
109 vai devidamente assinada por mim , Gerente de Comunicação, pelo Gerente de  
110 Transportes e pelo Conselheiro Presidente da AGR.

111

112

Humberto Tannús Jr.  
Conselheiro Presidente

113

114

115 Dalvina Nogueira Vasconcelos  
116 Gerente de Comunicação

Milton Pires Batista  
Gerente de Transportes

117

118

119 .

120

121

122